

Pedido de cassação deixa tucanos divididos

Enquanto bancada na Câmara insiste em votar moção pela perda dos mandatos de ACM e Arruda, executiva nacional não quer debater o assunto

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA – Os dirigentes do PSDB abrem sua convenção nacional hoje, em Brasília, divididos. O objetivo do encontro dos tucanos é a eleição do sucessor do senador Teotônio Vilela Filho (AL) na presidência do partido. Tanto a cúpula quanto as bases partidárias não se opõem a votar no deputado José Aníbal (PSDB-SP), o candidato único que deixou a secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo para comandar o partido. O motivo do racha é a pressão da bancada da Câmara, que insiste em votar uma moção pela cassação dos senadores José Roberto Arruda (DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A executiva nacional tucana reuniu-se ontem disposta a tentar evitar que o caso da fraude no painel de votação do Senado entrasse na agenda da convenção. Em nota oficial, a cúpula considerou que a questão não é política, mas moral e de consciência de cada um. “A executiva nacional entende que nem ela nem a convenção nacional devem firmar posição fechada diante do caso, embora esteja convicta de que os membros do partido na Comissão de Ética tomarão a decisão eticamente acertada, tendo em vista os princípios partidários.”

A nota, considerada dúbia por alguns tucanos, deve revelar-se inútil. Embora tenha evitado o assunto na reunião, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) – que já havia deixado pronto o texto da moção pedindo que o partido feche questão em favor da pena máxima aos infratores – confirmou a um cor-religionário que apresentará sua proposta amanhã aos convencionais.

“Tragédia” – Um importante dirigente tucano avalia que essa “tragédia” pode custar caro ao governo e ao presidente Fernando Henrique Cardoso, caso seja aprovada. O parlamentar está convencido de que a manifestação pró-cassação a uma semana do julgamento do líder baiano no Conselho de Ética do Senado pode acabar, mais uma vez, fortalecendo a CPI da Corrupção que o governo acaba de desmontar.

Na avaliação do líder, não é hora de o PSDB manifestar-se publicamente contra ACM. Mesmo incluindo os dois senadores, a moção teria endereço certo. Afinal, lembra o parlamentar, a condenação de Arruda já foi feita. Tanto, que o ex-líder do governo no Senado se desligou do PSDB e está hoje sem partido. O temor, partilhado por vários tucanos, entre os quais Vilela, é o de que os carlistas ligados ao senador Antonio Carlos façam sua vingança contra o PSDB assinando o requerimento que pede um inquérito amplo para apurar corrupção no País.

Para evitar o debate da cassação de ACM diante da presença do presidente Fernando Henrique na convenção, o líder do partido na Câmara, Jutahy Magalhães (BA), chegou a insistir para que a executiva tomasse a frente, recomendando pena máxima aos fraudadores, a ser seguida pe-

la bancada de senadores. “Seria pior”, argumentou outro dirigente tucano, ao salientar que uma moção, em meio a uma dezena de outras que podem surgir na convenção, pareceria uma afronta menor que uma nota da executiva.

Partidarismo – Líderes do PSDB trabalharam duro para evitar o assunto na convenção, movidos pela pressão de cardeais do PFL, que insistiram na tese de não partidari-
zar o julgamento da fraude. “Nós não precisamos bater nessa tecla porque o voto no Conselho de Ética será aberto e, assim, nenhum tucano ousará votar contra o relatório que prega a cassação”, argumentou um dirigente do PSDB, convencido de que a “novela do painel” não chegará ao plenário porque o último capítulo será a renúncia de ambos, antes que o processo de cassação seja aberto pela Mesa Diretora do Senado.

“Não podemos dar pretexto para facilitar a CPI, irritando os baianos”, argumentou o tucano, para concluir, catastrófico: “Com uma CPI para desmoralizar o presidente e paralisar o governo, estaremos todos mortos. Nas urnas, ninguém escapa de um jogo eleitoral bruto como este.” Nem a pregação do “apocalipse eleitoral”, feita durante toda a quinta-feira, convenceu deputados e senadores. “Não há Jutahy que segure os deputados porque a questão não é baiana, uma vez que envolve todo o Senado e Senado é Brasil”, teimou o senador Antero de Barros (PSDB-MT).

Apontado pelo próprio ACM como “o inimigo que lhe tem ódio”, Antero desmentiu qualquer interesse

pessoal na cassação do líder baiano, pelo simples motivo de jamais ter sido personagem de qualquer rusga ou embate mais grave com o ex-presidente do Senado. “Estou sendo pragmático: ou a executiva resolve o assunto na véspera ou ele fatalmente irá estourar na convenção.”

Reprovação – O convencimento do senador vem do comportamento que o PSDB matogrossense teve no caso. O Mato Grosso não é nem sequer vizinho da Bahia de ACM, mas os tucanos locais já aprovaram sua moção em favor da cassação do senador Antonio Carlos.

Em se tratando de Bahia, a única decisão foi insistir na reprovação aos deputados João Leão, Mário Negromonte e Jabes Ribeiro, que se aliaram a ACM nas últimas eleições e têm cargos no governo estadual.

Depois de muita conversa com o trio, o partido decidiu encaminhar o caso ao conselho de ética do partido com indicativo de expulsão, na esperança de que eles optem definitivamente pelo PSDB e abandonem os cargos.

Em Brasília, onde Arruda lutava contra a parceria antecipada com o PMDB em 2002 para reeleger o governador Joaquim Roriz, não haverá intervenção. A executiva considerou que o assunto ficou prejudicado pela desfiliação de Arruda e, por isso, decidiu-se pelo arquivamento.

CUIDADO
É PARA NÃO
REFORÇAR
CPI